

BOLSAS	BOVESPA	C-BOND	DÓLAR	EURO	OURO	CDB	INFLAÇÃO
Na sexta (em %)	Índice da Bolsa de Valores de São Paulo nos últimos dias (em pontos)	Título da dívida externa brasileira, na sexta	Comercial, venda, sexta-feira, (em R\$)	Turismo, venda (em R\$)	Na BM&F o grama (em R\$)	Prefeido, 31 dias (em % ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
-1,18 São Paulo	-0,60 Nova York	US\$ 0,99 (▼ 0,44%)	2,537 (▼ 0,98%)	3,433 (▼ 0,02%)	R\$ 35,50 (▼ 1,38%)	19,33	Novembro/2004 0,69 Dezembro/2004 0,86 Janeiro/2005 0,58 Fevereiro/2005 0,59 Março/2005 0,61

CONTAS PÚBLICAS *dívida pública*

País caminha a passos largos para atingir um débito trilionário. Estimativa é de que até outubro o rombo cresça 0,5% por mês, o que daria uma dívida de R\$ 5,4 mil para cada um dos 183 milhões de brasileiros

R\$ 1 TRILHÃO

HEBERTH XAVIER
 DO ESTADO DE MINAS

O governo Lula terá que anunciar em breve um número carregado de simbolismo negativo. A dívida pública, que há meses encosta perigosamente na casa do trilhão, atingirá a fatídica cifra daqui a seis meses, em outubro. Segundo os últimos dados oficiais, tudo o que os municípios, estados e a União deviam, incluindo as empresas estatais, chegava a R\$ 960,5 bilhões em fevereiro. Os números atuais só devem ser divulgados na segunda quinzena de maio, mas a maioria das projeções indica que a dívida pública já deve estar perto dos R\$ 970 bilhões, a apenas R\$ 30 bilhões do número redondo.

O cálculo do R\$ 1 trilhão daqui a seis meses foi feito pela consultoria financeira GRCVisão. A empresa contabilizou tudo o que deve a União, incluindo a dívida interna e a externa, em reais e em moeda estrangeira, e levou em

“**O BC OPTOU POR ATACAR A INFLAÇÃO COM O JURO ALTO, MAS O PREÇO PODE SAIR CARO DEMAIS, NA FORMA DE UMA DÍVIDA AINDA MAIS EXPLOSIVA**”

Alex Agostini,
 economista da GRCVisão

consideração também os eventuais créditos a receber, como uma dívida a ser paga ao Banco do Brasil ou ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por exemplo. O resultado total dessa equação recebe o nome de dívida líquida do setor público.

Segundo Alex Agostini, economista da GRCVisão, tudo indica que esse rombo crescerá, em média, 0,5% ao mês até outubro, quando atingiria o patamar trilionário – mais precisamente, chegaria a R\$ 1,03 trilhão. Entre fevereiro e outubro, a expansão total da dívida chegará a 4,5%, na estimativa da consultoria. Encerraria este ano na marca do R\$ 1,13 trilhão. Em valores mais próximos da vida do cidadão, a dívida trilionária significaria, em tese, que cada um dos 183,52 milhões de brasileiros estaria devendo, daqui a seis meses, R\$ 5.450 – o cálculo da população baseou-se na estimativa diária feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

0,25 ponto percentual, levando a taxa básica para 19,50% ao ano. Foi o oitavo aumento seguido, desde setembro.

Remédio amargo

Como mais da metade do endividamento do governo é corrigida pelos juros, e eles seguiram trajetória de alta nos últimos meses, a pressão sobre o débito ficou maior. “O BC optou por atacar a inflação com o juro alto, mas o preço pode sair caro demais, na forma de uma dívida ainda mais explosiva”, diz Agostini. Não é a primeira vez que alguém projeta uma dívida trilionária no País. Em fevereiro de 2003, o próprio secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy, apontava a expansão dos juros e a desvalorização do real como maiores culpados pela provável dívida de R\$ 1 trilhão até o fim daquele ano. Felizmente, Levy errou e não foi daquela vez que se chegou ao simbólico valor. Mas, infelizmente, é pouco provável que isso não ocorra este ano.

As diferenças entre os dois períodos (início de 2003 e hoje) começam pelo fato de que a dívida é, atualmente, quase R\$ 100 bilhões maior: era de R\$ 888,9 bilhões em 2003, contra os atuais R\$ 960,5 bilhões. Além disso, o débito havia sido inflado artificialmente no segundo semestre de 2002, por causa das eleições presidenciais – passado esse período, a tendência natural seria de acomodação relativa da expansão da dívida pública.

“A evolução do endividamento da União nos últimos meses já bastaria para sinalizar o patamar trilionário”, diz Agostini. Além desse componente, ele usou nos cálculos as taxas médias usadas nos últimos leilões realizados pelo Tesouro Nacional. Explicando melhor: para financiar seus gastos – e sua dívida –, o governo vende papéis no mercado, corrigido por uma taxa específica. Como a Selic é muito alta no Brasil, a demanda por títulos corrigidos por essa taxa é maior. “É por isso que o governo não está conseguindo vender papéis pré-fixados”, afirma o economista da GRCVisão.

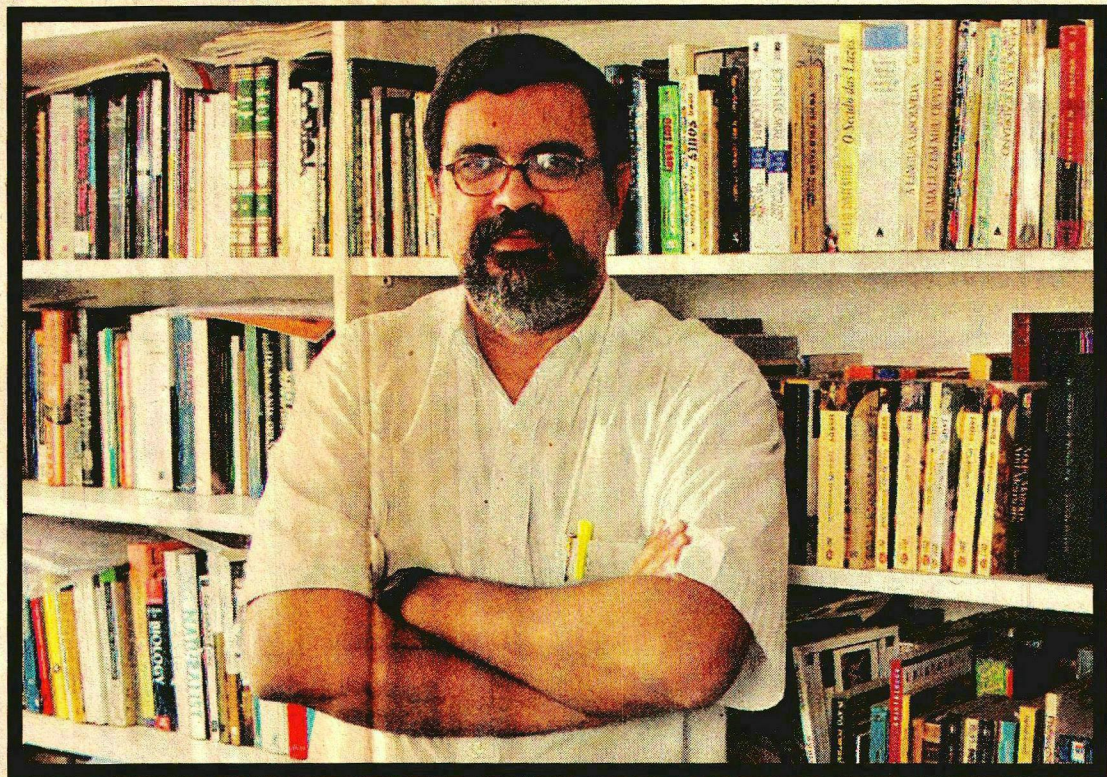
Este modelo de título já tem sua rentabilidade conhecida no

NÚMEROS IMPRESSIONANTES

Evolução da dívida líquida do setor público



Marco Antonio Rezendo/Folha Imagem/2.4.03



FERNANDO CARDIM, PROFESSOR DA UFRJ: GOVERNO PRECISA ATRELAR A DÍVIDA A JUROS MENORES E PRÉ-FIXADOS

momento da aplicação, ou seja, o investidor já sabe o valor em percentual que receberá pelo papel. A rentabilidade do pós-fixado é determinada futuramente, geralmente vinculada a algum tipo de indexador (a Selic, na maioria dos casos). Como o mercado sabe que os juros estão altos, ele está demandando mais os pós-fixados. É por isso que a dívida pública insiste em manter-se perigo-

samente em crescimento, mesmo com a desvalorização do dólar nos últimos oito meses.

A cotação da moeda americana saiu de um patamar superior a R\$ 3, em setembro, para os R\$ 2,53 da sexta-feira passada. Seria ótimo para um governo que tem dívida em dólares, já que a desvalorização a torna menor, na moeda nacional (reais). O governo de fato se aproveitou da maré favorá-

vel e reduziu sua exposição em dívida cambial. Os últimos números mostram que a parcela do débito vinculado às variações da moeda americana caiu para menos de 5% do total. “O problema é que o governo não substituiu essa menor exposição ao dólar por uma dívida pré-fixada, com juros já definidos previamente e menores”, diz o economista e professor da UFRJ, Fernando Cardim.